

CÓDIGO ELEITORAL ANOTADO E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR 2022



15ª EDIÇÃO

Atualizado até 23.2.2022

Brasília
TSE
2022

@2022 Tribunal Superior Eleitoral

É permitida a reprodução parcial desta obra desde que citada a fonte.

Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento
SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar
Brasília/DF – 70070-600
Telefone: (61) 3030-9225

Secretária-Geral da Presidência
Christine Oliveira Peter da Silva

Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal
Rui Moreira de Oliveira

Secretário de Gestão da Informação e do Conhecimento
Cleber Schumann

Coordenador de Editoração e Publicação
Washington Luiz de Oliveira

Coordenadora de Jurisprudência e Legislação
Cláudia Gontijo Corrêa Cahú

Atualização, anotações e revisão
Seção de Conteúdos de Jurisprudência (Secjur/Cojuleg/SGIC)

Produção editorial e diagramação
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGIC)

Capa, projeto gráfico e diagramação
Wagner (capa), Clinton Anderson (projeto gráfico) e Leandro Morais (diagramação)

Revisão editorial
Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGIC)
Leide Viana, Paula Lins, Rayane Martins e Valéria Carneiro

As notas desta publicação tiveram abreviaturas, referências legislativas e grafias frequentes padronizadas de acordo com o estabelecido no *Manual de Revisão e Padronização de Publicações do TSE*.

1225563

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud)

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.
Código eleitoral anotado e legislação complementar / Tribunal Superior Eleitoral. –
15. ed. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022.

1218 p. ; 23 cm.

“Atualizado até 23.2.2022.”

“O conteúdo desta obra é atualizado mensalmente no sítio do Tribunal Superior Eleitoral”.
“90 anos da Justiça Eleitoral, 90 anos em ação pela democracia”.

Atualização, anotações e revisão: Seção de Conteúdos de Jurisprudência (Secjur/Cojuleg/SGIC).

Disponível, também, na Internet:

<tse.jus.br/o-tse/catalogo-de-publicacoes/lista-do-catalogo-de-publicacoes>

ISBN 978-65-87461-38-0

1. Código eleitoral (1965) – Brasil. 2. Legislação eleitoral – Brasil. 3. Eleição – Legislação – Jurisprudência – Brasil. I. Brasil. Código eleitoral (1965). II. Título.

CDD 342.810 7
CDU 342.8(81)(094)

Sumário

Código Eleitoral

Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.....	31
<i>Institui o Código Eleitoral.</i>	

Constituição Federal

Artigos 1º a 250.....	151
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	312

Emendas Constitucionais

Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021	357
--	-----

Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167-A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19.

Emenda Constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021	361
---	-----

Altera a Constituição Federal para disciplinar a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispor sobre o instituto da fidelidade partidária, alterar a data de posse de Governadores e do Presidente da República e estabelecer regras transitórias para distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e para o funcionamento dos partidos políticos.

Lei de Inelegibilidade

Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990	365
---	-----

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

Lei dos Partidos Políticos

Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.....	395
--	-----

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

Lei das Eleições

Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.....	433
--	-----

Estabelece normas para as eleições.

Lei nº 13.831/2019

Lei nº 13.831, de 17 de maio de 2019 535

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a fim de assegurar autonomia aos partidos políticos para definir o prazo de duração dos mandatos dos membros dos seus órgãos partidários permanentes ou provisórios; e dá outras providências.

Lei nº 13.877/2019

Lei nº 13.877, de 27 de setembro de 2019 541

Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), 13.831, de 17 de maio de 2019, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regras aplicadas às eleições; revoga dispositivo da Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017; e dá outras providências.

Legislação Correlata

Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979..... 549

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 553

Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

Lei Complementar nº 78, de 30 de dezembro de 1993..... 559

Disciplina a fixação do número de deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.

Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994..... 561

Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos estados, e dá outras providências.

Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974 565

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências.

Lei nº 6.236, de 18 de setembro de 1975..... 571

Determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral.

Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982..... 573

Dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais, e dá outras providências.

Lei nº 6.999, de 7 de junho de 1982..... 579

Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral, e dá outras providências.

Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 581

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica, e dá outras providências.

Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985 583

Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado e dá outras providências.

Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.....	587
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990	589
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
Lei nº 8.350, de 28 de dezembro de 1991	593
<i>Dispõe sobre gratificações e representações na Justiça Eleitoral.</i>	
Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.....	595
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.</i>	
Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.....	615
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.</i>	
Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993	621
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos estados e dá outras providências.</i>	
Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994	623
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).</i>	
Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996	625
<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.</i>	
Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998	627
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.</i>	
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015	631
<i>Código de Processo Civil.</i>	
Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015	643
<i>Altera as leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos partidos políticos e incentivar a participação feminina.</i>	
Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017	645
<i>Altera as leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão.</i>	
Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017	649
<i>Altera as leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral.</i>	

Decreto nº 4.199, de 16 de abril de 2002.....	651
<i>Dispõe sobre a prestação de informações institucionais relativas à Administração Pública Federal a partidos políticos, coligações e candidatos à Presidência da República até a data da divulgação oficial do resultado final das eleições.</i>	
Decreto nº 7.791, de 17 de agosto de 2012.....	653
<i>Regulamenta a compensação fiscal na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ pela divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos.</i>	
Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967	655
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	

Nomas Editadas pelo TSE

Resoluções

Resolução nº 7.651, de 24 de agosto de 1965	665
<i>Fixa as atribuições do corregedor-geral e dos corregedores regionais da Justiça Eleitoral.</i>	
Resolução nº 9.641, de 29 de agosto de 1974	671
<i>Instruções sobre o fornecimento gratuito de transporte e alimentação, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais.</i>	
Resolução nº 20.958, de 18 de dezembro de 2001	675
<i>Instruções que regulam a investidura e o exercício dos membros dos tribunais eleitorais e o término dos respectivos mandatos.</i>	
Resolução nº 21.008, de 5 de março de 2002.....	677
<i>Dispõe sobre o voto dos eleitores portadores de deficiência.</i>	
Resolução nº 21.009, de 5 de março de 2002.....	679
<i>Estabelece normas relativas ao exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau.</i>	
Resolução nº 21.477, de 28 de agosto de 2003.....	681
<i>Dispõe sobre a formação do agravo de instrumento contra decisão que não admitir o processamento do recurso especial.</i>	
Resolução nº 21.667, de 18 de março de 2004.....	683
<i>Dispõe sobre a utilização do serviço de emissão de certidão de quitação eleitoral por meio da Internet e dá outras providências.</i>	
Resolução nº 21.711, de 6 de abril de 2004	685
<i>Dispõe sobre a utilização de sistema de transmissão eletrônica de dados e imagens por fac-símile ou pela Internet, para a prática de atos processuais no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.</i>	
Resolução nº 21.830, de 17 de junho de 2004.....	689
<i>Dispõe sobre a publicação eletrônica dos despachos e das decisões do Tribunal Superior Eleitoral na Internet e sobre o gerenciamento do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos.</i>	

Resolução nº 21.843, de 22 de junho de 2004.....	691
<i>Dispõe sobre a requisição de força federal, de que trata o art. 23, inciso XIV, do Código Eleitoral, e sobre a aplicação do art. 2º do Decreto-Lei nº 1.064, de 24 de outubro de 1969.</i>	
Resolução nº 21.875, de 5 de agosto de 2004	693
<i>Regulamenta o recolhimento do percentual de participação de institutos ou fundações de pesquisa e de doutrinação e educação política nas verbas do Fundo Partidário.</i>	
Resolução nº 21.975, de 16 de dezembro de 2004	695
<i>Disciplina o recolhimento e a cobrança das multas previstas no Código Eleitoral e leis conexas e a distribuição do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário).</i>	
Resolução nº 22.121, de 1º de dezembro de 2005	701
<i>Dispõe sobre as regras de adequação de institutos ou fundações de pesquisa e de doutrinação e educação política de partidos políticos às normas estabelecidas no Código Civil de 2002.</i>	
Resolução nº 22.166, de 9 de março de 2006.....	705
<i>Estabelece providências a serem adotadas em relação a inscrições identificadas como de pessoas falecidas, mediante cruzamento entre dados do cadastro eleitoral e registros de óbitos fornecidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).</i>	
Resolução nº 22.607, de 18 de outubro de 2007	709
<i>Dispõe sobre a residência do juiz eleitoral, nos termos dos arts. 93, VII, e 118, da Constituição Federal, do inciso V do art. 35, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, art. 32, do Código Eleitoral, e da Resolução nº 37, de 6 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Justiça.</i>	
Resolução nº 22.610, de 25 de outubro de 2007	711
<i>Disciplina o processo de perda de cargo eletivo, bem como de justificação de desfiliação partidária.</i>	
Resolução nº 22.685, de 13 de dezembro de 2007	715
<i>Estabelece normas para cessão de urnas e sistema de votação específico, por empréstimo, em eleições parametrizadas.</i>	
Resolução nº 22.747, de 27 de março de 2008	719
<i>Aprova instruções para aplicação do art. 98 da Lei nº 9.504/1997, que dispõe sobre dispensa do serviço pelo dobro dos dias prestados à Justiça Eleitoral nos eventos relacionados à realização das eleições.</i>	
Resolução nº 22.770, de 17 de abril de 2008.....	721
<i>Estabelece normas e procedimentos para a distribuição do arquivo de Registro Digital do Voto para fins de fiscalização, conferência, auditoria, estudo e estatística.</i>	
Resolução nº 23.061, de 26 de maio de 2009.....	723
<i>Disciplina os procedimentos para a atualização do cadastro eleitoral, decorrente da implantação, em municípios previamente selecionados pelos tribunais regionais eleitorais, de nova sistemática de identificação do eleitor, mediante incorporação de dados biométricos e fotografia, e dá outras providências.</i>	
Resolução nº 23.172, de 27 de outubro de 2009	727
<i>Dispõe sobre o Sistema de Composição de Acórdãos e Resoluções no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.</i>	

Resolução nº 23.184, de 10 de dezembro de 2009	733
<i>Dispõe sobre os procedimentos cartorários de registro e autuação dos feitos, no âmbito da Justiça Eleitoral, e dá outras providências.</i>	
Resolução nº 23.185, de 10 de dezembro de 2009	757
<i>Dispõe sobre a utilização do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos e sobre a numeração única de processos no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências.</i>	
Resolução nº 23.280, de 22 de junho de 2010	761
<i>Estabelece instruções para a marcação de eleições suplementares.</i>	
Resolução nº 23.325, de 19 de agosto de 2010	763
<i>Dispõe sobre comunicação eletrônica no âmbito das secretarias judiciárias dos tribunais eleitorais e entre estas e os juízos eleitorais de primeiro grau de jurisdição e dá outras providências.</i>	
Resolução nº 23.326, de 19 de agosto de 2010	767
<i>Dispõe sobre as diretrizes para a tramitação de documentos e processos sigilosos no âmbito da Justiça Eleitoral.</i>	
Resolução nº 23.328, de 2 de agosto de 2010	771
<i>Dispõe sobre os procedimentos de intimação dos partidos políticos e respectivos representantes no âmbito da Justiça Eleitoral.</i>	
Resolução nº 23.384, de 9 de agosto de 2012	773
<i>Dispõe sobre o Sistema de Informações de Contas Eleitorais e Partidárias (Sico), no âmbito da Justiça Eleitoral.</i>	
Resolução nº 23.385, de 16 de agosto de 2012	775
<i>Estabelece diretrizes gerais para a realização de consultas populares concomitante com eleições ordinárias.</i>	
Resolução nº 23.417, de 11 de dezembro de 2014	783
<i>Institui o Processo Judicial Eletrônico (PJe) da Justiça Eleitoral como o sistema informatizado de constituição e tramitação de processos judiciais e administrativos nessa esfera da Justiça, por meio do qual serão realizados o processamento das informações judiciais e o gerenciamento dos atos processuais, e define os parâmetros de sua implementação e funcionamento.</i>	
Resolução nº 23.418, de 16 de dezembro de 2014	797
<i>Regulamenta a convocação de magistrados no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.</i>	
Resolução nº 23.422, de 6 de maio de 2014	803
<i>Estabelece normas para criação e instalação de zonas eleitorais e dá outras providências.</i>	
Resolução nº 23.444, de 30 de abril de 2015	809
<i>Dispõe sobre a realização periódica do Teste Público de Segurança (TPS) nos sistemas eleitorais que especifica.</i>	
Resolução nº 23.478, de 10 de maio de 2016	815
<i>Estabelece diretrizes gerais para a aplicação da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Novo Código de Processo Civil –, no âmbito da Justiça Eleitoral.</i>	

Resolução nº 23.481, de 7 de junho de 2016	819
<i>Dispõe sobre a convocação de juízes substitutos nos tribunais regionais eleitorais no período eleitoral.</i>	
Resolução nº 23.486, de 1º de julho de 2016	821
<i>Dispõe sobre o afastamento de magistrados na Justiça Eleitoral do exercício dos cargos efetivos.</i>	
Resolução nº 23.517, de 4 de abril de 2017	823
<i>Dispõe sobre a lista triplíce para preenchimento das vagas de juízes dos tribunais regionais eleitorais, na classe dos advogados.</i>	
Resolução nº 23.520, de 1º de junho de 2017	827
<i>Estabelece diretrizes para a extinção e o remanejamento de zonas eleitorais do interior dos estados.</i>	
Resolução nº 23.523, de 27 de junho de 2017	831
<i>Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral.</i>	
Resolução nº 23.527, de 26 de setembro de 2017	835
<i>Dispõe sobre a designação de oficial de justiça e o reembolso de despesas advindas do cumprimento de mandados no âmbito da Justiça Eleitoral.</i>	
Resolução nº 23.546, de 18 de dezembro de 2017	839
<i>Regulamenta o disposto no Título III – Das Finanças e Contabilidade dos Partidos – da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.</i>	
Resolução nº 23.571, de 29 de maio de 2018.....	871
<i>Disciplina a criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.</i>	
Resolução nº 23.578, de 5 de junho de 2018	895
<i>Dispõe sobre o pagamento das gratificações eleitorais previstas na Lei nº 8.350/1991 e dá outras providências.</i>	
Resolução nº 23.585, de 13 de agosto de 2018.....	897
<i>Regulamenta a convocação de magistrados no âmbito dos tribunais regionais eleitorais.</i>	
Resolução nº 23.596, de 20 de agosto de 2019	903
<i>Dispõe sobre a filiação partidária, institui o Sistema de Filiação Partidária (FILIA), disciplina o encaminhamento de dados pelos partidos políticos à Justiça Eleitoral e dá outras providências.</i>	
Resolução nº 23.598, de 5 de novembro de 2019	915
<i>Institui as sessões de julgamento por meio eletrônico no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral e disciplina o seu procedimento.</i>	
Resolução nº 23.604, de 17 de dezembro de 2019	919
<i>Regulamenta o disposto no Título III – Das Finanças e Contabilidade dos Partidos – da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.</i>	
Resolução nº 23.640, de 29 de abril de 2021	953
<i>Dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais.</i>	

Resolução nº 23.657, de 14 de outubro de 2021	957
<i>Estabelece as normas aplicáveis às inspeções, às correções e aos procedimentos disciplinares contra autoridades judiciárias no âmbito da Justiça Eleitoral e dá outras providências.</i>	
Resolução nº 23.658, de 21 de outubro de 2021	969
<i>Dispõe sobre o alistamento eleitoral no exterior.</i>	
Resolução nº 23.659, de 26 de outubro de 2021	973
<i>Dispõe sobre a gestão do cadastro eleitoral e sobre os serviços eleitorais que lhe são correlatos.</i>	
Resolução nº 23.660, de 11 de novembro de 2021	1013
<i>Dispõe, no âmbito da Justiça Eleitoral, sobre as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs), geridas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e dá outras providências.</i>	
Resolução nº 23.670, de 14 de dezembro de 2021	1017
<i>Dispõe sobre as federações de partidos políticos.</i>	
 Portarias	
Portaria nº 288 de 9 de junho de 2005	1025
<i>Estabelece normas e procedimentos visando à arrecadação, recolhimento e cobrança das multas previstas no Código Eleitoral e leis conexas, e à utilização da Guia de Recolhimento da União (GRU).</i>	
Portaria nº 534 de 21 de setembro de 2006	1049
<i>O Tribunal Superior Eleitoral poderá fornecer aos partidos políticos e às coligações, a pedido dos interessados, cópia dos boletins de urnas, em meio magnético, imediatamente após a totalização final das seções eleitorais de cada unidade da Federação.</i>	
Portaria nº 98 de 20 de fevereiro de 2008	1051
<i>Conferir à Secretaria Judiciária competência para proceder, de ofício, ao desapensamento dos feitos de competência originária deste Tribunal, após o trânsito em julgado dos processos a que se encontrarem apensados, no caso de não haver ordem expressa em tal sentido do relator ou presidente do Tribunal.</i>	
Portaria nº 322 de 30 de junho de 2011	1053
<i>Estabelece critérios para o atendimento a advogados, partes e interessados nos feitos eleitorais com processamento a cargo da Secretaria Judiciária.</i>	
Portaria nº 417 de 24 de junho de 2014	1055
<i>Dispõe sobre acordos de cooperação com as fazendas públicas estaduais e municipais no exame das contas eleitorais e partidárias.</i>	
Portaria nº 1.087 de 26 de outubro de 2016	1059
<i>Ordena o processamento dos recursos interpostos ao Supremo Tribunal Federal (STF), inclusive quanto à disciplina dos recursos repetitivos e às orientações fixadas pelo STF na apreciação da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 760.358/SE.</i>	
Portaria nº 926 de 17 de outubro de 2018	1061
<i>Aprova o Plano de Contas dos Partidos Políticos e dá outras providências.</i>	

Portaria nº 682 de 14 de setembro de 2020	1063
<i>Orienta sobre os procedimentos a serem observados na arrecadação eleitoral de recursos por meio de cartões de crédito ou de débito.</i>	
Portarias Conjuntas-TSE/SRF	
Portaria Conjunta nº 74 de 10 de janeiro de 2006	1067
<i>Dispõe sobre o intercâmbio de informações entre o Tribunal Superior Eleitoral e a Secretaria da Receita Federal e dá outras providências.</i>	
Portaria Conjunta nº 1 de 8 de setembro de 2016.....	1071
<i>Dispõe sobre o apoio institucional da Secretaria da Receita Federal do Brasil ao Tribunal Superior Eleitoral nas atividades de verificação de contas de candidatos e partidos políticos.</i>	
Instruções Normativas	
Instrução Normativa nº 3 de 21 de fevereiro de 2008.....	1075
<i>Determina que os documentos concernentes ao registro, alteração e extinção das agremiações partidárias em âmbito nacional, em especial as alterações estatutárias, nomes de representantes nacionais e composições de órgãos de direção nacional, deverão ser encaminhados à unidade gestora do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP), para o devido processamento.</i>	
Instrução Normativa Conjunta nº 2.001 de 29 de dezembro de 2020.....	1077
<i>Dispõe sobre a inscrição de candidatos a cargos eletivos, inclusive vices e suplentes, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).</i>	
Provimentos-CGE	
Provimento-CGE nº 12 de 30 de outubro de 2001	1083
<i>As corregedorias regionais eleitorais deverão, no âmbito de suas jurisdições, verificar a correta instrução dos processos e dos expedientes enviados pelas zonas eleitorais à Corregedoria-Geral ou a outras zonas eleitorais, de forma a garantir a observância das orientações em vigor.</i>	
Provimento-CGE nº 14 de 22 de novembro de 2001	1085
<i>Identificadas incorreções ou falhas nos dados consignados no cadastro nacional, estas devem ser objeto de retificação, a ser procedida mediante convocação do interessado e preenchimento de RAE – Operação 5 – revisão (retificação) de dados pessoais, firmado pelo eleitor.</i>	
Provimento-CGE nº 5 de 23 de abril de 2002	1089
<i>Recomenda observância de orientações que explicita, relativas à aplicação dos critérios concernentes ao rodízio eleitoral, estabelecidos na Res.-TSE nº 21.009, de 5 de março de 2002.</i>	
Provimento-CGE nº 1 de 11 de março de 2003	1091
<i>As corregedorias regionais eleitorais deverão exercer plena fiscalização dos procedimentos relativos à depuração de dados considerados irregulares no cadastro, criando mecanismos e estabelecendo rotinas que permitam o controle das situações encaminhadas às zonas eleitorais para averiguação e providências.</i>	
Provimento-CGE nº 6 de 19 de dezembro de 2003	1093
<i>Aprova formulários e manuais utilizados pelos cartórios eleitorais e tabela de códigos FASE.</i>	

Provimento-CGE nº 7 de 19 de dezembro de 2003	1107
<i>Regulamenta os procedimentos relativos a regularização de inscrição cancelada e dá outras providências.</i>	
Provimento-CGE nº 1 de 2 de março de 2004	1109
<i>Regulamenta os procedimentos relativos a regularização de inscrição cancelada por código FASE 469 e dá outras providências.</i>	
Provimento-CGE nº 1 de 18 de fevereiro de 2005	1111
<i>Dispõe sobre a atualização de dados cadastrais relativos às zonas eleitorais.</i>	
Provimento-CGE nº 3 de 25 de outubro de 2005	1113
<i>Aprova tabela de ocupações, em substituição ao Anexo IV do manual "Instruções para Preenchimento do RAE" e altera sua redação.</i>	
Provimento-CGE nº 6 de 25 de setembro de 2006.....	1123
<i>Disciplina o procedimento a ser observado para o acesso a dados do cadastro eleitoral.</i>	
Provimento-CGE nº 10 de 20 de novembro de 2007	1125
<i>Disciplina o tratamento das operações de transferência ou revisão no Sistema ELO nos municípios submetidos a revisão de eleitorado, após ultrapassado o período destinado ao comparecimento dos eleitores para confirmação de domicílio.</i>	
Provimento-CGE nº 6 de 30 de abril de 2008	1127
<i>Estabelece padrões para registro de procedimentos no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) a serem observados no âmbito das zonas eleitorais.</i>	
Provimento-CGE nº 6 de 19 de junho de 2009	1129
<i>Aprova as instruções para utilização dos códigos de Atualização da Situação do Eleitor (ASE).</i>	
Provimento-CGE nº 2 de 9 de março de 2010	1131
<i>Regulamenta a sistemática de entrega de relações de filiados pelos partidos políticos via Internet, aprova o cronograma de tratamento dos dados sobre filiação partidária fornecidos pelos partidos políticos em cumprimento ao disposto no art. 19 da Lei nº 9.096/1995 para o mês de abril de 2010 e dá outras providências.</i>	
Provimento-CGE nº 3 de 29 de abril de 2010	1135
<i>Altera a tabela de registros de procedimentos no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) a serem observados no âmbito das zonas eleitorais, prevista nos Provimentos nºs 6 e 7/2008-CGE.</i>	
Provimento-CGE nº 5 de 10 de junho de 2010	1137
<i>Estabelece procedimento para o cadastramento de usuários no Filiaweb com a finalidade exclusiva de acessar a relação de devedores de que trata o art. 11, § 9º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.</i>	
Provimento-CGE nº 9 de 16 de dezembro de 2010	1139
<i>Dispõe sobre a utilização do Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais (Sicel).</i>	

Provimento-CGE nº 9 de 10 de dezembro de 2011	1155
<i>Regulamenta o uso de funcionalidade do Sistema ELO destinada ao deferimento coletivo de Requerimentos de Alistamento Eleitoral (RAE).</i>	
Provimento-CGE nº 17 de 13 de dezembro de 2011	1157
<i>Define como de uso interno o espelho de consulta ao cadastro extraído do Sistema ELO e atribui às corregedorias regionais a definição da estratégia de identificação do servidor responsável pela entrega do título eleitoral nos cartórios.</i>	
Provimento-CGE nº 18 de 13 de dezembro de 2011	1159
<i>Regulamenta a utilização da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.</i>	
Provimento-CGE nº 7 de 25 de outubro de 2021	1163
<i>Dispõe sobre os procedimentos para a realização de inspeções e de correções nos tribunais regionais eleitorais e nas zonas eleitorais e sobre a utilização do Sistema de Inspeções e Correções da Justiça Eleitoral (Sinco).</i>	
Provimento-CGE nº 8 de 14 de dezembro de 2021	1177
<i>Dispõe sobre o prazo de conservação de formulários de Requerimento de Alistamento Eleitoral impressos.</i>	
Protocolo de Cooperação Técnica	
Protocolo de Cooperação Técnica nº 3/2010	1181
<i>O presente instrumento de cooperação tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes no sentido de assegurar o direito de voto dos presos provisórios e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou em situação de internação provisória.</i>	
Súmulas do TSE, do STF e do STJ	
Súmula-TSE nº 1 (Cancelada)	1187
Súmula-TSE nº 2	1187
Súmula-TSE nº 3	1187
Súmula-TSE nº 4	1187
Súmula-TSE nº 5	1188
Súmula-TSE nº 6	1188
Súmula-TSE nº 7 (Cancelada)	1189
Súmula-TSE nº 8 (Cancelada)	1189
Súmula-TSE nº 9	1189
Súmula-TSE nº 10	1189
Súmula-TSE nº 11	1189
Súmula-TSE nº 12	1190
Súmula-TSE nº 13	1190
Súmula-TSE nº 14 (Cancelada)	1191

Súmula-TSE nº 15.....	1191
Súmula-TSE nº 16 (Cancelada).....	1191
Súmula-TSE nº 17 (Cancelada).....	1191
Súmula-TSE nº 18.....	1192
Súmula-TSE nº 19.....	1192
Súmula-TSE nº 20.....	1192
Súmula-TSE nº 21 (Cancelada).....	1193
Súmula-TSE nº 22.....	1193
Súmula-TSE nº 23.....	1193
Súmula-TSE nº 24.....	1194
Súmula-TSE nº 25.....	1194
Súmula-TSE nº 26.....	1194
Súmula-TSE nº 27.....	1194
Súmula-TSE nº 28.....	1195
Súmula-TSE nº 29.....	1195
Súmula-TSE nº 30.....	1195
Súmula-TSE nº 31.....	1195
Súmula-TSE nº 32.....	1196
Súmula-TSE nº 33.....	1196
Súmula-TSE nº 34.....	1196
Súmula-TSE nº 35.....	1197
Súmula-TSE nº 36.....	1197
Súmula-TSE nº 37.....	1197
Súmula-TSE nº 38.....	1197
Súmula-TSE nº 39.....	1198
Súmula-TSE nº 40.....	1198
Súmula-TSE nº 41.....	1198
Súmula-TSE nº 42.....	1198
Súmula-TSE nº 43.....	1199
Súmula-TSE nº 44.....	1199
Súmula-TSE nº 45.....	1199
Súmula-TSE nº 46.....	1200
Súmula-TSE nº 47.....	1200
Súmula-TSE nº 48.....	1200
Súmula-TSE nº 49.....	1201
Súmula-TSE nº 50.....	1201
Súmula-TSE nº 51.....	1201

Súmula-TSE nº 52.....	1202
Súmula-TSE nº 53.....	1202
Súmula-TSE nº 54.....	1202
Súmula-TSE nº 55.....	1203
Súmula-TSE nº 56.....	1203
Súmula-TSE nº 57.....	1203
Súmula-TSE nº 58.....	1204
Súmula-TSE nº 59.....	1204
Súmula-TSE nº 60.....	1204
Súmula-TSE nº 61.....	1205
Súmula-TSE nº 62.....	1205
Súmula-TSE nº 63.....	1205
Súmula-TSE nº 64.....	1206
Súmula-TSE nº 65.....	1206
Súmula-TSE nº 66.....	1206
Súmula-TSE nº 67.....	1207
Súmula-TSE nº 68.....	1207
Súmula-TSE nº 69.....	1207
Súmula-TSE nº 70.....	1208
Súmula-TSE nº 71.....	1208
Súmula-TSE nº 72.....	1209
Súmula-STF nº 72.....	1211
Súmula-STF nº 728.....	1211
Súmula Vinculante-STF nº 18.....	1211
Súmula-STJ nº 192.....	1213
Súmula-STJ nº 234.....	1213
Súmula-STJ nº 368.....	1213
Súmula-STJ nº 374.....	1214

Resolução do Tribunal de Contas da União

Resolução nº 241, de 26 de janeiro de 2011.....	1217
---	------

Estabelece procedimentos para envio da relação de responsáveis que tiveram as contas julgadas irregulares à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público Eleitoral e dá outras providências.